



Recensão a *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal*, de Nila Rodrigues Barbosa

Carolina Gomes Nogueira

Práticas da História, n.º 19 (2024): 345-353

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 and LA/P/0132/2020.

Nila Rodrigues Barbosa
Museus e etnicidade: o negro
no pensamento museal
Curitiba: Appris, 2018, 183 pp.

Carolina Gomes Nogueira*

O livro *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal* trata-se de uma obra que analisa a cenografia de duas instituições museológicas mineiras. Tendo como pano de fundo o conceito de etnicidade, o objetivo desta obra é investigar a representação do negro no cenário e pensamento museal brasileiro a partir da década de 1930. As instituições em análise são: o Museu da Inconfidência, criado em 1983, e o Museu do Ouro, fundado em 1943, ambos criados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A autora deste livro, Nila Rodrigues Barbosa¹, é mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal

* Carolina Gomes Nogueira (nogueiracarolina1996@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0003-4942-4034>. Universidade Federal de Pelotas, Rua Almirante Barroso, 1202 Campus II - Sala 312. 96010-280 Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Receção da recensão original: 15-11-2024. Receção da versão revista: 16-11-2024. Aceitação: 18-11-2024.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2012) e aperfeiçoamento em Culturas e História dos Povos Indígenas. Atuou na implementação de políticas de cultura, tendo sido gerente de centro cultural. Foi gerente de nível II na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2014-2016). Foi conselheira municipal de Promoção da Igualdade Racial em Belo Horizonte/MG. Possui experiência de docência na área de História, com ênfase em História do Brasil República. É pesquisadora atuando nos seguintes temas: história, cidade, história e raça, museu e acervos, arquivos, quilombos e quilombolas. É palestrante, fundadora e pesquisadora na empresa Patrimônio e Etnicidade, Ltda. e ministra cursos e oficinas em patrimônio cultural e políticas públicas. Escreve artigos e resenhas em periódicos científicos, é autora do livro *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal* e coautora do livro paradigmático *Quilombolas: somos parte desta História*. Membro titu-

da Bahia (UFBA), e esta livro é uma adaptação da sua dissertação de mestrado desenvolvida no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulada “Museus e etnicidade – o negro no pensamento museal: Sphan – Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais”², defendida no ano de 2012, sob orientação do Professor Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha. A obra está dividida em quatro capítulos, a saber: capítulo I – “Museu e etnicidade”; capítulo II – “Arcabouço das narrativas museológicas e suas ideologias”; capítulo III – “Estratégias cenográficas, discursos e contra-discursos dos museus”; capítulo IV – “Ainda a exposição museológica – o museu conclama a etnicidade”. Além disso, conta com prefácio, escrito por Josemeire Alves Pereira, doutora em História Social pela UNICAMP, apresentação da autora, conclusões e referências bibliográficas.

O prefácio introduz a obra com o poema “Antiboi”, de Ricardo Aleixo, que versa sobre resiliência e a capacidade que a natureza tem de se moldar mediante as adversidades. Para Pereira, a autora se propôs a abordar, “de maneira entrelaçada”, os temas Museu e Etnicidade, e a enfrentar “uma das mais sensíveis lacunas nos estudos relacionados às áreas de conhecimento sobre memória, patrimônio e história”³. Ao realizar este movimento, Nila Barbosa lançou uma das maiores contribuições dos últimos anos para o campo de estudos da Museologia Social, das Memórias Traumáticas e dos Estudos Pós-Coloniais. De tal forma, como defende Pereira, perscrutando “a maneira como se dão as representações da população negra na sociedade brasileira, em diferentes momentos, especialmente a partir dos referenciais do período colonial”, a autora conseguiu construir, com brilhantismo, “uma narrativa que evidencia aqueles que quase, ou nunca, são vistos em suas ações de resistência”⁴.

lar da Comissão Estadual do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – IPHAN/MG, edição 2020. Ganhadora do Prêmio Zumbi de Cultura – edição 2020, na categoria “Atuação política”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0475668774676014>. Acesso em: 24 de outubro de 2024.

2 Disponível em: https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ri/24079/1/dissertacao_NRBarbosa.pdf. Acesso em: 24 de outubro de 2024.

3 Josemeire A. Pereira, “Prefácio”, em Nila Rodrigues Barbosa, *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal* (Curitiba: Appris, 2018), 10.

4 Pereira, “Prefácio”, 10-11.

Como dito anteriormente, o tema da dissertação de mestrado da autora deu origem ao livro. O livro, de acordo com Barbosa, é, especificamente, um aprimoramento da sua pesquisa e da problematização por ela ensaiada até então. O objetivo central desta obra, de acordo com a autora, é ver nos museus em análise “algo que pode ser chamado de processo de não representação”, isto é, a “ausência de representação de negros no acervo e exposições”⁵ dessas instituições. A ausência de representação é explicada pela autora através do contexto de criação dessas instituições que, de acordo com ela, surgem “em um período em que a ideia de patrimônio nacional começa a tomar forma concreta dentro do aparato estatal, com missão de construção de identidade nacional pensada a partir da interpretação do passado nacional brasileiro como descendência europeia”. Portanto, conforme explica a autora, “o protagonismo negro estava fora de questão, mesmo em se tratando de representação do século XVIII, em Minas Gerais, ciclo do ouro, onde a presença do elemento negro na população é inegável”⁶. Para aprofundar a questão da ausência de representação do negro nessas instituições, a autora utiliza como marco referencial o jesuíta poliédrico Michel de Certeau, o sociólogo Stuart Hall e o cientista político Benedict Anderson.

De tal forma, no primeiro capítulo, intitulado “Museu e etnicidade”, a autora busca discutir primariamente a função do objeto no ambiente museológico. O objeto, ao passar pelo processo de musealização, torna-se um semióforo⁷. Ele perde a sua função original, mas ganha novos sentidos, que excedem a sua materialidade. Entender o processo de musealização dos objetos é importante, pois a autora parte do princípio de que é “no tempo presente que o objeto antigo figura no museu com valor cognitivo e sensorial”⁸. É “por causa da chancela do tempo” deste objeto que a relação entre a memória e a história é construída. Além disso, para a autora, “a cultura material é condição de existência

5 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 14.

6 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 14.

7 Krzysztof Pomian, “Coleções”, em *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romano, 1. *Memória-História* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984).

8 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 19.

do museu”⁹, um museu existe porque ele abriga uma coleção. Assim como a “etnicidade é um fator presente nos processos museais”¹⁰ desde o processo de colonização.

Nesse sentido, autora busca abordar, especificamente, através de um recorte na questão racial, a relação entre cultura material, objeto museológico e etnicidade, demonstrando, a partir da teoria museal e etnológica, como a representação do negro, definido como “Outro”, outrora fora introduzida no campo museal como uma curiosidade étnica, por vezes, exótica, algo que levou a cabo a naturalização do racismo nas instituições museológicas, fazendo com que os negros fossem representados e/ou referenciados apenas na condição de escravizados, negando-os o “estatuto de atores sociais em plena ação na história e na cultura”¹¹, sem considerar as suas identidades e culturas no plural, tal como defendem Stuart Hall¹² e Michel de Certeau¹³. Neste capítulo, a autora também ressalta a questão das fronteiras simbólicas, conceito que, de acordo com Barbosa, “é fértil para o entendimento de relações sociais em que desigualdades e diferenças sejam presentes e exijam estudos multidisciplinares para analisá-las”¹⁴, e das fronteiras sociais. Ambos os conceitos são importantes, pois através deles a autora explica o modo como as desigualdades sociais acabam permeando a instituição museológica, tanto na forma de aquisição de conhecimento, seja ele periférico advindo de populações marginalizadas ou não, quanto na representação das identidades e culturas de minorias, uma vez que a fronteira simbólica “é dependente da dinâmica social, e, inclusive, das forças materiais”¹⁵. Na mesma medida, a fronteira social pode conter a simbólica, uma vez que exista a demanda e os museus estejam comprometidos com a função social.

9 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 20.

10 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 22.

11 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 30.

12 Stuart Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade* (Rio de Janeiro: DP&A, 2006).

13 Michel de Certeau, *A cultura no plural* (Campinas: Papirus Editora, 2012).

14 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 37.

15 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 38.

No segundo capítulo, nomeado “Arcabouço das narrativas museológicas e suas ideologias”, a autora analisa “os projetos teórico e ideológico da proteção ao patrimônio nacional, no qual foram imaginados e institucionalizados o Museu da Inconfidência e o Museu do Ouro, procurando observar exclusões impressas em seus processos de criação”¹⁶. A autora introduz o capítulo abordando um ponto importante que é o projeto teórico dos museus em análise. Para Barbosa, desde a instalação¹⁷ dessas instituições houve um afastamento por parte do Sphan da “ideologia da democracia racial”¹⁸. De tal maneira, para acentuar essa discussão, a autora destaca aspectos arquitetônicos teóricos¹⁹ (museografia), históricos e cenográficos (expografia) dessas instituições. A fim de discutir a função primária de ambas as instituições, o Museu da Inconfidência, de “representar um movimento sedicioso”²⁰, e o Museu do Ouro, de “representar a extração de metal, comercializado e usado pelos brancos”²¹, a autora colocará em destaque a representação do negro em ambos os museus que, no Brasil, é datada a partir do período da escravidão. Portanto, a autora argumenta que é uma representação colonial, na qual se rememora e representa “a ação do colonizador, não a convivência social difícil ao colonizador, ao colonizado e ao escravizado, dadas a exploração, repressão e resistência”²². Além disso, com um rico arcabouço teórico, Barbosa discute a construção da identidade brasileira pelo Estado na década de 1930-40, atravessando temas que vão desde a ideia de cultura nacional e comunidade imaginada, de Stuart Hall, até o caráter ideológico, fruto de um ideal que os museus, tal

16 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 45.

17 Refere-se à data de fundação e atuação dessas instituições nos prédios em que estão alocadas. Mas também ao “arcabouço teórico conceitual no qual são criados e institucionalizados” – Barbosa, *Museus e etnicidade*, 47.

18 Outro ponto importante que Barbosa destaca é que “esses museus foram criados pelos Sphan e, ainda, porque esse órgão de proteção ao patrimônio cultural e histórico nacional pensava a identidade nacional como descendência portuguesa” – Barbosa, *Museus e etnicidade*, 47.

19 O que na época tinha bastante valor para o Sphan, pois, de acordo com Fonseca (*apud* Barbosa, *Museus e etnicidade*, 51), a ação museológica do órgão era concebida naquilo que se considerava como “identidade nacional brasileira”.

20 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 46.

21 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 45.

22 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 47.

como o patrimônio cultural, podem assumir ao fazer “confluir discurso, ideologia e política”²³. Por fim, a autora encerra este capítulo com reflexo sobre o duo memória e esquecimento, trazendo como pano de fundo e marco conceitual o modelo polemológico de Michel de Certeau²⁴, que consiste em uma forma de resistência, na qual os “homens ordinários” se movem dentro de um campo formado por “estratégias” e “táticas”. Assim, Barbosa busca compreender quais são as estratégias no campo museológico enfocado nos dois museus em análise, tendo em vista que a instituição museológica é guardiã da memória e da história, e que o trabalho de concepção e montagem do Museu da Inconfidência e do Museu do Ouro “considera a seleção de atores e define seus papéis para a representação do século XVIII”²⁵.

No terceiro capítulo, denominado “Estratégias cenográficas, discursos e contradiscursos dos museus”, a autora discute o mito de origem da nação, imaginada como portuguesa, “apontando outras contribuições culturais que compõem a nação nas décadas de 1930-40, quando os museus em estudo foram imaginados e efetivados”²⁶. Neste capítulo, Barbosa faz uma brilhante incursão no conceito de exposição museológica, ressaltando os gabinetes de curiosidades e os zoos humanos, buscando destacar aspectos do processo de musealização desse Outro que a diligência da colonização impôs. Nesse sentido, a autora problematiza a representação do Outro, na medida em que entende que o princípio fundador do racismo está baseado na inferiorização desse Outro em detrimento da ideologia colonizadora. Por consequência, isso acabou se refletindo na forma como o negro é representado nos museus, sobretudo naqueles que abordam culturas das diásporas africanas. De acordo com a autora, os museus das diásporas africanas passam a “mensagem traumática da escravização e do castigo que inferioriza”, mas não abordam a “produção de resistência que o sistema produz nem tampouco a

23 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 52.

24 Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, trad. Ephraim Ferreira Alves (Petrópolis: Vozes, 1998).

25 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 99.

26 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 99.

história e descendência daquele que resistiu”²⁷. Assim, visando o poder da análise do discurso²⁸, a autora analisa o discurso das estratégias de ambos os museus mineiros, bem como a linguagem museológica utilizada, e conclui que no espaço cenográfico o discurso museológico não é fechado e seguro, havendo sempre dois pontos de vista: o das estratégias, pertencente aos museus – espaços controlados e fundados pelas relações de poder; e o dos táticos, dos “homens ordinários”²⁹, que subvertem em espaço de resistência aquilo que é imposto estrategicamente pelos museus. Em conclusão, a autora argumenta que, devido ao poder dos museus, o discurso elaborado por ambas as instituições é precário, uma vez que o foco está na representação do Brasil colonial e, por consequência, na hierarquização social, “denotando um lugar para elaborar formas de resistência dos táticos durante o período da colonização”³⁰.

Já no quarto capítulo e último capítulo, intitulado “Ainda a exposição museológica – O museu conclama a etnicidade?”, a autora busca explorar a “exposição no espaço museológico, sob o prisma da contraposição entre teatro e laboratório”³¹. Neste capítulo, Barbosa argumenta que a instituição museológica deve ser instigada “a trabalhar de forma mais democrática quanto à representação de diferentes atores sociais”³². Para a autora, é de suma importância que os museus, especialmente os que trabalham com as diásporas africanas, “mencionem elementos culturais ligados à resistência, descendência negra e cultura afro-brasileira”³³. Que criem programas que recriem culturalmente, em território colonial, a diversidade dos grupos étnicos. Os museus pela autora estudados homogeneizam a figura do escravizado, o que é problemático na sua concepção e acaba afetando não somente o imaginário, simbólico, como também o social. Por fim, a autora destaca a importância das exposições temporárias para a implementação das táticas, pois é através

27 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 103.

28 Eni P. Orlandi, *Análise de discurso. Princípios e procedimentos* (Campinas: Pontes, 2005).

29 Certeau, *A invenção do cotidiano*.

30 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 159.

31 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 161.

32 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 162.

33 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 163.

delas que os “homens ordinários” conseguem organizar e reorganizar os lugares de poder, transformando-os e dando novos sentidos à representação do negro no espaço museológico.

Chegando nas conclusões, Barbosa retoma a sua pesquisa de mestrado fazendo algumas considerações e discutindo a interpretação que Michel de Certeau faz de Pierre Bourdieu acerca da ignorância dos táticos, que fato não é ignorância. Para a autora, a instituição museológica ainda entra em contradições ao organizar o discurso expositivo. Portanto, do ponto de vista da etnicidade, os museus por ela estudados “necessitam encarar a sociedade do ouro que representam como um espaço onde um número considerável de agências está colocado”³⁴. Os museus devem escolher a realidade vivida e não a imaginação, pois, ainda que tenham sido criados, de acordo com a autora, para uma “clientela douta e informada”, isso não parece ser problema para os “homens extraordinários”, de Michel de Certeau, que invertem percursos e interpretam de acordo com a sua subjetividade, e principalmente duvidam “daquela instituição para recriar e preservar suas referências de memória e monumentos de resistência”³⁵.

A obra de Nila Rodrigues Barbosa é uma pérola para o campo de estudos da memória multidirecional, traumática, dos direitos humanos e dos Estudos Pós-Coloniais. Essencial para pensar a constituição de uma expografia que represente o negro não apenas sob a perspectiva do período escravocrata, mas, sobretudo, na cultura e diversidade desses povos. Portanto, considera-se uma obra exemplar, que nos permite compreender através de dois objetos de estudo a forma como a representação do negro ainda está equivocada e colocada sem a compreensão do imperativo categórico da memória, isto é, sem considerar a ética ontológica da memória³⁶, pois a comunidade negra durante o período escravocrata foi submetida a violações de direitos humanos. Não obstante, a obra de Nila Barbosa pensa, através do modelo polemológico

34 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 175.

35 Barbosa, *Museus e etnicidade*, 175.

36 Jeffrey Bluestein, *The Moral Demands of Memory* (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008).

de Michel de Certeau, que não existem estratégias sem táticas, e que esses conceitos são cruciais para que possamos entender a dinâmica de representação das minorias em museus, sobretudo para entender a operacionalidade dessa prática cultural memorialista do século XVIII e a sua lógica.

Referência para citação:

Nogueira, Carolina Gomes. “Recensão a *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal*, de Nila Rodrigues Barbosa”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 19 (2024): 345-353. <https://doi.org/10.48487/pdh.2024.n19.39042>.